

ternas onde se observa que estamos anualmente remunerando o capital estrangeiro com importâncias crescentemente superiores àquelas que êle nos traz. A partir de 1947, quando se iniciou o cálculo das contas externas do Brasil, a situação se apresenta do seguinte modo (em milhões de cruzeiros) : (19)

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Rendas de inversões e outros serviços	1.556	3.017	3.014	3.336	3.780	2.099
Inversões	722	1.079	745	3.6	-182	176
Saldo negativo	834	1.938	2.269	2.940	3.962	1.923

A conclusão a que nos leva a análise dêsse quadro é que a penetração do capital financeiro internacional no Brasil se faz hoje à nossa custa; isto é, somos nós, em última análise, quem lhe fornece os recursos para aumentar suas inversões no país; o que significa apoderar-se de nossas fontes de riqueza e organizar a economia e as atividades produtivas do país de acôrdo com seus interêsses. O que por seu turno representa uma acentuação do sistema colonial, isto é, um compromisso cada vez maior da economia brasileira com aquêle sistema. E isso ocorre ao mesmo tempo que se agravam as contradições do sistema e se evidenciam mais as suas insuficiências, de que o desequilíbrio financeiro que acabamos de analisar constitui o efeito e o índice mais saliente e de conseqüências imediatas mais graves.

(19) Dados publicados no Anuário Estatístico do Brasil, 1953, do I.B.G.E.

V

A conclusão geral que nos autorizam as observações anteriores, é que o sistema colonial da economia brasileira, que vem desde o início da nossa formação, atingiu nos dias de hoje um extremo de sua trajetória, e mostra-se incapaz de resolver as contradições geradas em seu seio e em que êle se afunda cada vez mais. Já não se trata mais para êle simplesmente de uma crise cíclica como essas muitas que sofreu no passado quando se invertia uma conjuntura favorável, abrindo-se uma fase de estagnação e declínio econômicos. Embora não seja esta uma hipótese remota, como logo veremos, não é o que presentemente ocorre, porque a conjuntura do café, em que fundamentalmente se apoia o ciclo que ora vivemos, ainda se apresenta, no geral, favorável; e assim vem sendo há um século e mais. No entretanto, apesar dessa excepcional e tão duradoura situação, o país tem vivido, e vive ainda em crise crônica, interrompida quando muito por breves momentos de ilusória euforia como aquela que se seguiu ao término da última guerra, mas que já de uns tempos para cá foi substituído por

conclusão

*crise
longo tempo*

*crise
crônica*

êste de graves dificuldades e verdadeiro caos econômico em que nos encontramos.

Entendem alguns otimistas que se trata de uma crise de crescimento. Mas crescimento para onde e em que sentido? Não é no do aumento de nossas forças produtivas. Na agricultura, tomada em conjunto, os índices quantitativos da produção *per capita* estão há muito praticamente estacionários: de 1935 para cá, enquanto a população cresceu de mais de 30%, a produção agrícola não alcança um aumento de 40%. Quanto à indústria, o seu progresso, sem dúvida considerável quando avaliado estatisticamente, pode-se dizer que é negativo quando medido em termos de benefício coletivo e portanto real progresso, uma vez que sua produção não veio em sua maior parte senão substituir uma importação de manufaturas estrangeiras de melhor qualidade e menos onerosas. Vimos acima como dentro do atual sistema econômico do país (e é nesse ponto-de-vista que por ora nos colocamos), a indústria não passa de solução de emergência e de força maior de um problema proposto por êsse mesmo sistema: o suprimento de importações tornadas impossíveis, pela produção interna. Se o nosso sistema não estivesse em crise, e se funcionasse regularmente e à altura das necessidades do país, nosso haver no exterior proveniente das exportações que constituem o motor do sistema e sua razão de ser, deveria cobrir o custo de importações suficientes. E isso seria sem dúvida preferível à

contingência em que nos encontramos de produzir aqui mesmo o que obteríamos do estrangeiro em melhores condições. Considerada portanto sob tal aspecto, a indústria brasileira é negativa; e nesse sentido sobram razões àqueles que contra ela se insurgem, como ainda recentemente fêz o atual Ministro da Fazenda. O que ela encerra de positivo, projeta-se em outro plano que não é o do presente sistema econômico brasileiro. Não é como solução para um problema dêsse sistema que ela vale (e por enquanto não é mais que isso); e sim como apoio e ponto de partida para uma reestruturação profunda de nossa economia. Mas para enxergar uma tal perspectiva, é preciso colocar-se em outro ângulo que não é aquêle geralmente escolhido pela nossa política econômica.

Considerem-se outros índices para avaliar o nosso "crescimento." Será o desbravamento de novos territórios e a extensão da área ocupada e povoada do país? Mas isso se fêz geralmente e ainda se faz em prejuízo do que ficou para trás. Que significação pode ter o avanço por exemplo das lavouras cafeeiras para o oeste de S. Paulo e norte do Paraná, se nas zonas chamadas "velhas" as áreas outrora ocupadas por uma florescente agricultura são abandonadas ou aproveitadas para magros pastos de esparso gado de que não se sustenta senão uma fração mínima da população rural que antes ocupava tais regiões? Não é preciso continuar nessa enumeração dos índices de desenvolvi-

mento da economia brasileira. O que nela cresceu efetivamente, e de maneira considerável, criando as ilusões que se conhecem, foram alguns centros urbanos, e particularmente as capitais. Essa é a fachada de nossa economia que assombra os que nos observam superficialmente. Fachada magnífica, sem dúvida, mas que exprime apenas uma concentração geográfica, e também social de riqueza que se fez e faz ainda à custa do depauperamento do resto do país; e por um preço bem caro que se revela, entre outros, na desorganização dos próprios centros urbanos beneficiados. Prova de que não temos uma base econômica suficiente para manter êsses centros, e que êles constituem um artifício.

Analisada a frio, e pôsto de lado o que disfarça a nossa realidade profunda, a estrutura material brasileira é deplorável. E diluído pelo conjunto do país e seus habitantes, o pouco que temos de progresso e que só uma concentração desproporcionada e artificial pode valorizar, muito pouco aparecerá, como bem mostram os nossos índices econômicos per capita quando comparados aos de outras partes do mundo, mesmo as colocadas nos últimos lugares. É êsse o espetáculo que oferece o país depois de um largo período que dentro do sistema geral de sua economia, se pode considerar muito favorável. Realmente o que representa o ciclo cafeeiro como estímulo econômico tem sido notável. Em confronto com outros produtos primários, o café sem-

pre teve uma expressão econômica e comercial excepcional que o coloca em grande destaque. Doutra lado, o Brasil se mantém como principal produtor desde mais de cem anos, e embora sua participação relativa no comércio internacional tenha declinado, ela ainda conserva uma posição privilegiada e decisiva. Verifica-se assim que dentro do nosso sistema econômico, temos desfrutado uma situação notável, pois o funcionamento daquele sistema se apoia entre nós em mercadoria de grande expressão comercial em cuja produção não tivemos, pelo menos até hoje, concorrentes realmente sérios. Por isso, em confronto com outros países do nosso tipo econômico, a posição do Brasil tem sido de primeiro plano; e por aí se verifica que o sistema colonial encontrou aqui as melhores condições possíveis de funcionamento. Apesar disso, como vimos, os resultados que apresenta no sentido do progresso material, são minguados. E mesmo no plano mais alto de sua trajetória — em que sem dúvida ainda nos encontramos — é incapaz de proporcionar ao país uma existência equilibrada e segura. Pelo contrário, o que nos oferece são perturbações e crises constantes e cada vez mais graves.

Que dizer então da ameaça permanente que pesa sobre o país, e que seria a eventualidade de um colapso da economia cafeeira? Uma tal eventualidade se poderá verificar em duas circunstâncias: em primeiro lugar, pela redução relativa ou mesmo absoluta do consumo mundial de café. Essa hipó-

tese não constitui novidade, mas é geralmente recebida com absoluto cepticismo. Estamos tão habituados a ver a popularidade do café, que dificilmente imaginamos uma situação diferente. No entanto, é preciso lembrar que o consumo do café se funda numa simples questão de paladar e moda — fatores êsses, como a história mostra, essencialmente variáveis. Apesar das “virtudes” do café, que nós brasileiros somos naturalmente obrigados a reconhecer e proclamar, manda o bom-senso e prudência, cá entre nós, reconhecer também que a humanidade pode viver perfeitamente e sem maiores inconveniências, sem consumir ou consumindo menos café. Aliás essa eventualidade já se manifesta concretamente em algumas instâncias, como no emprêgo de sucedâneos e na campanha, cada vez de maior envergadura, contra aquêle consumo.

Outra ameaça à nossa economia cafeeira, essa mais temida e freqüentemente lembrada, é a concorrência de outros produtores. Ela é tanto mais real que de fato a participação do Brasil no comércio internacional vem declinando há muito tempo, embora ainda não assustadoramente. Últimamente contudo, desenha-se um perigo maior e iminente: é a concorrência das colônias africanas, onde a produção do café está sendo ativamente estimulada. E êsses novos concorrentes contam com a iniciativa e recursos de poderosos empresários, intimamente ligados à política das principais potências imperialistas, em particular a Grã-Bretanha. Conside-

rando os precedentes da borracha e do cacau, de que o Brasil já teve o monopólio, tendo sido rapidamente desbancado quando fôrças semelhantes às que hoje atuam no setor cafeeiro resolveram entrar em cena, considerando isso, não temos razão para otimismo.

Mas seja como fôr, o fato é que apesar da excepcional expressão econômica do nosso ciclo cafeeiro, êle nada tem que o distinga essencialmente de ciclos anteriores; e a história dêsses ciclos mostra que não é possível contar eternamente com a fase ascendente e favorável dêles. Essa fase, mais dia menos dia, é substituída por outra de estagnação e declínio. Nessas condições, as próprias bases do nosso atual sistema econômico aparecem muito precárias; e às contingências e insuficiências dêle que vimos acima, acrescenta-se mais essa circunstância negativa. Impõe-se assim para nós sairmos dêle.

Apresenta-se aqui uma questão que devemos preliminarmente esclarecer. Na interpretação corrente e usual do desenvolvimento econômico, êsse desenvolvimento é apresentado como uma curva contínua e única, que pode oscilar e mudar de sentido, seja para baixo, seja para cima (desenvolvimento negativo e positivo), ou mesmo estacionar no mesmo nível; mas que é sempre da mesma natureza e não apresenta descontinuidades. Essa é uma interpretação puramente quantitativa do desenvolvimento, que não toma em consideração modificações de ordem qualitativa; isto é, que deixa de lado a eventualidade de diferentes tipos de de-

envolvimento ou a *qualidade* dêles que se define pelo sistema geral em que se realiza.

Façamos isso mais claro com o caso específico do desenvolvimento brasileiro. Esse tem sido até hoje, como se viu na análise a que procedi nos capítulos anteriores, dentro de um sistema determinado; e teoricamente pelo menos, seria possível figurar um novo surto econômico dentro desse mesmo sistema, isto é, um desenvolvimento positivo sem alteração qualitativa ou do tipo desse sistema. Seria o caso por exemplo na eventualidade de um colapso da produção cafeeira de nossos concorrentes (na hipótese digamos que uma praga destruísse as lavouras desses concorrentes, e o Brasil fôsse poupado); ou que topássemos com outro produto exportável de grande expressão comercial. É aliás numa perspectiva dessas que muita gente no Brasil ainda considera o desenvolvimento econômico do país. O que não quer dizer que seja a única, e que não se proponha outro sistema no qual se possa eventualmente processar o desenvolvimento brasileiro.

Veremos noutra capítulo, com mais pormenores, esse aspecto da questão. Por ora, e sem julgar ainda definitivamente o que é preferível para o país e a maioria de seus habitantes, quero unicamente caracterizar melhor essa noção de desenvolvimento e as diferenças qualitativas em que êle se apresenta ou pode apresentar-se. Isso é tanto mais importante que não podemos simplesmente postu-

lar, em continuidade simples, um tipo de desenvolvimento a outro. Noutras palavras, e retornando ao exemplo brasileiro, não é certo *a priori* que o desenvolvimento dentro do atual sistema econômico, e mesmo que lhe façamos o melhor crédito, se prolongue ou se transforme automaticamente e por si só em outro tipo de desenvolvimento. Encontramo-nos aqui em frente à questão da mudança da quantidade em qualidade que se propõe no domínio de qualquer processo natural, seja físico, seja humano. Cingindo-me aos fatos humanos e econômicos de que me ocupo aqui, aquela mudança da quantidade do desenvolvimento em qualidade ou tipo de desenvolvimento não ocorre e não pode ocorrer, como a experiência histórica evidencia, senão através de uma recomposição do sistema geral em que se processa o desenvolvimento; e a transposição dêle para outro plano e sistema. Recomposição e transposição essas que não constituem eventualidades decorrentes espontaneamente e necessariamente da evolução econômica "natural", no sentido de um determinismo mecânico além da consciência e ação intencional dos indivíduos dela participantes. E em todo caso, uma tal transformação se fará tanto mais suavemente e com menos choques e desperdício de energias, quanto maiores forem aquela consciência, compreensão e intencionalidade acertadamente orientada. Em outras palavras, na medida em que os indivíduos participantes do processo deixarem de ser unicamente *atores* de

DIALE
DA
NATURE

sua história e vida coletiva, para se fazerem também os seus *autores*.

É isso aliás o que de um modo geral objetivam ou devem objetivar as ciências humanas; e a Economia no caso específico que ora nos ocupa. A saber, tornar os indivíduos conhecedores e conscientes dos processos e fenômenos sociais em que se acham engajados, permitindo-lhes com isso orientarem-se de maneira adequada e conveniente a seus interesses e aspirações; isto é, proporem-se objetivos e adotarem normas de ação cabíveis para os atingirem. Tais objetivos e normas não são contudo e não podem ser arbitrariamente escolhidos, sob risco de degenerarem em utopias. Isso porque eles são condicionados às possibilidades efetivamente presentes na situação em que os indivíduos se encontram; e proporcionadas pelas contingências históricas em que tal situação se configurou.

Assim no caso concreto do problema econômico brasileiro, antes de propormos qualquer direção ou tipo de desenvolvimento, há que verificar na realidade econômica do país quais são aquelas direções que de fato se apresentam, se é que uma tal alternativa existe e se acha suficientemente madura. Acredito que seja êste último o caso. Tenho até agora considerado apenas uma daquelas direções; a saber, a proporcionada pelo sistema colonial da nossa economia. Mas êsse mesmo sistema visto sob outro aspecto, ou antes, nas contradições e contingências que lhe são inerentes, deixa entrever uma

eventual organização e estrutura econômicas diferentes. É o que me proponho agora considerar.

Do que foi visto até agora, pode-se concluir que as contradições em que se debate o sistema colonial da nossa economia resultam essencialmente e em última instância, nos nossos dias, da acentuada desproporção entre as perspectivas e oportunidades econômicas que o sistema oferece, e doutro lado, o nível de necessidades, efetivas e potenciais, da população que precisa manter-se à custa dêle. Por efeito daquele sistema, as forças produtivas do país acham-se limitadas às acanhadas perspectivas do mercado externo, tanto direta como indiretamente, pois o mercado interno é condicionado pelo externo. Já vimos o porquê disso na análise anterior: é que a economia brasileira, estruturada essencialmente como está e como sempre estêve, para produzir para o mercado externo, se conformou inteiramente a essa função; e é só subsidiariamente e em função de estímulos provenientes dessa economia de exportação, que consegue constituir um mercado interno efetivo e apreciável. Os fatos atuais da economia brasileira, quando observados numa perspectiva histórica que os torna identificáveis e explicáveis nas suas causas, mostram isso claramente: tôdas as atividades brasileiras de alguma expressão centralizam-se em tórno da produção de mercadorias exportáveis; e se dispõem, imediata ou mediatamente, em função dela. É tal produção que fixa os eixos em tórno de que gravita a economia



do país, a começar pela principal delas, que é a do café, e em seguida dos demais produtos exportáveis: o cacau, o algodão, as madeiras, os minérios, etc.

É assim que direta ou indiretamente, mas sempre decisivamente, a medida das atividades econômicas do Brasil é dada pelo mercado externo. É da conjuntura que êle oferece e das flutuações que nêle se verificam, que resultam os estímulos e desestímulos à economia brasileira. Ora aquela conjuntura e suas flutuações não têm relação direta alguma com as necessidades do país, com a pressão da demanda e o consumo dêle; a sua conjuntura própria, em suma. A situação aí é inteiramente distinta da dos países capitalistas propriamente, onde em contraste com as colônias do nosso tipo, e com as limitações do sistema anárquico da produção (de que nós aliás também não estamos livres), as atividades econômicas em geral se integram num conjunto em que as fôrças atuantes se compensam e corrigem mutuamente para evitarem, pelo menos normalmente, desvios e desequilíbrios excessivos. Isso assegura um mínimo de funcionamento regular do mecanismo econômico, o que em nosso caso, com a desarticulação completa da produção e do mercado, não ocorre.

Esse ponto já foi considerado anteriormente, e insisto nêle para caracterizar mais uma vez as contradições do sistema colonial de onde vão resultar os fatores de sua eventual transformação. É daque-

la desarticulação das atividades econômicas, e do conseqüente deslocamento dos principais estímulos à produção brasileira para fatores estranhos (o mercado externo), que resulta em última instância a instabilidade crônica de nossa economia, e particularmente a inadequação dela para atender efetiva e continuamente às necessidades do país e de sua população; tanto as necessidades efetivas que se manifestam expressamente por pressões no mercado e provocam os permanentes desequilíbrios e desajustamentos financeiros, como também as potenciais que se traduzem no pauperismo endêmico e largamente disseminado que caracteriza a população brasileira. Essa apreciável fração da população que vegeta em nível ínfimo de existência se pode considerar como de sem-trabalho ou de semi-ocupados que se não figuram mais expressivamente no cenário econômico do país como fator de consumo e produção (êsses dois caracteres são no caso inseparáveis porque o setor da população a que me refiro aqui, é e será consumidor na medida da oportunidade de trabalho produtivo que lhe fôr oferecido), é porque a êlas se opõe uma barreira de natureza política que os comprime para uma posição forçada de resignação e de eventual mão-de-obra a preço ínfimo. Haja vista, entre outras instâncias disso, as consideráveis migrações, de nordestinos sobretudo, que ocasionalmente iam no passado coletar a borracha na Amazônia e cultivar o

cacau na Bahia, e vêm hoje plantar o café e o algodão em S. Paulo.

A flagrante desproporção entre as necessidades da população brasileira (num caso já traduzidas e noutra traduzíveis em fatôres de estímulo da atividade econômica), e doutro lado os estreitos limites impostos às fôrças produtivas do país pelo sistema econômico nêle vigente, se sob um aspecto que é o atualmente dominante, se exprime no desequilíbrio e desajustamento crônicos de nossa estrutura econômica, apresenta-se sob outro aspecto como perspectiva de uma base ampla em que assentar uma estrutura de novo tipo, a saber, uma economia pròpriamente nacional em que se entrossem e articulem diretamente entre si aquelas necessidades do país e as suas fôrças produtivas; em que a produção e consumo se integrem num conjunto e unidade onde evoluam paralela e harmônicamente, sem serem condicionados, cada qual do seu lado, pelo fator estranho de um mercado externo em que a oferta e procura independem dêles. Onde em suma, e para empregarmos a linguagem matemática, produção e consumo brasileiros não sejam variáveis de uma função cujo parâmetro seja exterior à economia brasileira e se proponha com inteira independência dela.

Considerada sob êsse prisma, a economia brasileira e seus elementos se apresentam sob outro aspecto. Êsses elementos, assim visualizados, compõem teóricamente (e são portanto suscetíveis de o

fazerem também praticamente, como se verá no próximo capítulo) um novo sistema distinto do vigente e que se configura logo que os articulamos e sistematizamos de maneira diferente da atual e no sentido precisamente daquele conjunto acima referido que funcione integrado por partes que se condicionam mütuamente; a saber, uma atividade produtiva que se estruture e desenvolva em função das necessidades pròprias do país, capaz por conseguinte de mobilizar tôda a sua população válida, e portanto de transformar aquelas necessidades em demanda efetiva e estímulo daquela mesma produção. Uma produção em suma condicionando o consumo, e êste último condicionando a produção.

Encontramos êsses elementos determinados pelo vigente sistema colonial da economia brasileira, e nêle incluídos, embora como germes apenas e deformações por êle sofridas. A começar pelo mercado relativamente amplo que se veio constituindo no Brasil, como vimos, em consequência particularmente da grande expressão econômica alcançada pelo ciclo cafeeiro em que fundamentalmente se apoiou neste último século o nosso sistema colonial. Êsse mercado resultou, em primeiro lugar, do grande desenvolvimento quantitativo da população brasileira (para o que a economia cafeeira contribuiu em boa parte, diretamente pelo afluxo imigratório que atraiu, e indiretamente pelas melhores condições de vida, e portanto índices mais favoráveis de crescimento vegetativo que proporcionou.) Em se-

gundo lugar, por efeito do progresso qualitativo daquela população: maior concentração e melhor distribuição geográfica; padrões mais elevados.

Além disso, a economia cafeeira proporcionou ao Brasil, pela primeira vez na sua história e em proporções apreciáveis, uma estrutura dotada de um mínimo de integração econômica. O funcionamento do sistema colonial, com a sucessão de seus ciclos estritamente localizados no espaço, resultou sempre numa grande dispersão geográfica e desconexão da vida econômica do país. Cada região brasileira teria uma existência própria e independente das demais, voltada para o exterior que lhe absorvia a produção e sem ligações com o resto do país; ou com ligações tão tênues que são de pouca expressão. A unidade brasileira constitui ou constituiu pelo menos até recentemente, um fato sobretudo político-administrativo, sem base econômica apreciável. Essa situação começa a modificar-se em época próxima de nós, e graças sem dúvida a esse pólo econômico de atração que se formou neste Centro-Sul do país, e em S. Paulo particularmente.

Essa integração econômica do Brasil resulta (e é ao mesmo tempo estímulo para o desenvolvimento do processo integratório) da excepcional situação alcançada pela região Centro-Sul do país por efeito em última instância das perspectivas proporcionadas pela economia cafeeira. Essa é mais uma das deformações que o ciclo do café determinou em nosso tradicional sistema econômico,

*Desigualdade
Regional*

porque tal integração não se enquadra nêlo harmônicamente, e pelo contrário o desconjunta. Do ponto-de-vista que nos interessa aqui diretamente, isto é, para os efeitos da constituição e organização eficiente do mercado brasileiro, a integração econômica do país representa um passo considerável, pois estimulam-se com isso as atividades do país em geral, o que tem como contrapartida uma intensificação crescente das relações comerciais. Os índices disso, embora ainda relativamente modestos, mostram uma tendência acentuada no sentido do progresso: 103,0 em 1940; 109,4 em 1951 (números índices da quantidade de mercadorias no comércio interestadual — 1935/38=100).

Encontra-se nesse mercado em progressiva integração e expansão, o primeiro fator favorável para a reestruturação da economia brasileira em novas bases e nacionais. Ele já constitui um estímulo relativamente forte para as atividades produtivas do país, e isso abre perspectivas para um largo desenvolvimento que se dará na medida em que fôr possível e se realizar a integração efetiva nêlo, dos contingentes marginais ou semimarginais da população brasileira, praticamente ausentes ainda ou contribuindo minimamente para êle.

Outro elemento que proporciona ao país um ponto de apoio e partida para sua reestruturação econômica é o nível já alcançado pelas suas forças produtivas e o impulso que potencialmente nelas se contém. Ainda aqui, a base principal é a ofereci-

da pela economia cafeeira e a estrutura material que se constituiu com ela e direta ou indiretamente pelos estímulos que determinou. Para só considerar a indústria manufatureira que neste capítulo representa o principal setor, encontramos aí em desenvolvimento um processo que se bem que ainda fortemente embaraçado pela organização colonial da economia brasileira, e as acanhadas perspectivas que oferece, já representa um ponto de partida de grande importância e significação. Analisei acima o caráter da indústria brasileira, e vimos aí que ela constituiu originariamente uma atividade resultante das deficiências do sistema colonial e da incapacidade d'ele de atender às necessidades de sua própria manutenção. A produção interna de manufaturas veio suprir as limitações impostas à aquisição de tais manufaturas no exterior. Esse foi um ponto de partida, que, por força de sua própria evolução, vai progressivamente assumindo novo caráter. Já não é mais possível (e isso se acentua cada vez mais pelos mesmos motivos assinalados que determinaram a eclosão da indústria brasileira, e que continuam agindo) contar exclusivamente com equipamentos estrangeiros para manter a nossa indústria em funcionamento; e da substituição pela produção nacional de manufaturas leves importadas, estamos evoluindo, ou pelo menos somos impulsionados nesse sentido, para a substituição inclusive da maquinaria importada por outra de nossa produção. Ora isso representará, quando

se tornar efetivo, uma considerável mudança que já não será mais apenas quantitativa, e sim qualitativa da estrutura econômica brasileira, pois abre perspectivas para a mecanização efetiva das atividades do país em geral, capítulo em que nos encontramos ainda nos primeiros e mais modestos passos, inclusive na própria indústria manufatureira. A instalação de uma indústria mecânica significativa irá suprimindo, na medida do seu desenvolvimento, o mais sério embaraço oposto ao estabelecimento no país de uma atividade manufatureira realmente eficiente, o que nas condições atuais é praticamente inimaginável. O mesmo se poderá dizer da agricultura. Além disso, uma indústria daquele tipo é por natureza altamente estimulante, pois se estende para um número considerável de atividades conexas; e por outro lado, cria permanentemente oportunidades e novas aplicações de esforço produtivo.

Vê-se por aí o que está contido em esboço no atual momento brasileiro e processo de desenvolvimento de suas forças produtivas; mais precisamente, no problema que já se propõe agudamente de suprir pela produção nacional a importação, cada vez mais difícil e precária, de maquinaria industrial. Mas esse é somente um aspecto da questão. O nível atualmente atingido pelas forças produtivas do país, e da sua indústria em particular, já representa, em grau apreciável, uma reestruturação social de grande significação e alcance eco-

*pedidos
de manufaturas*

nômicos. Esse fato se exprime essencialmente pela formação de um proletariado industrial cujo vulto relativo, e sobretudo cujo índice de crescimento é bastante expressivo: 781.185 operários industriais em 1940, 1.256.807 em 1950; ou seja um aumento superior a 60% em dez anos. Sob o prisma estritamente econômico (deixamos aqui outros aspectos de lado), isso tem considerável significação. É preciso lembrar que a proletarização não é aqui, como foi na Europa, resultado em grande parte da destruição de classes médias (artesanato e campesinato): representa pelo contrário um progresso social. A grande massa do operariado brasileiro é recrutada entre trabalhadores rurais de nível muito baixo; ou então, em menores proporções, entre imigrantes social ou economicamente deslocados nos seus países de origem. Particularmente a proletarização dos trabalhadores rurais tem para o país um alto significado, pois representa forte valorização humana que se manifesta numa intensificação da capacidade produtiva e elevação de nível material e cultural. Estimulam-se com isso ambos os fatores que considere acima e que estão na base da eventual reestruturação econômica do país: o alargamento do mercado interno, de um lado, e doutro a intensificação de suas forças produtivas.

Esses em suma os principais elementos da economia brasileira contemporânea que embora enquadrados ainda essencialmente no sistema coloni-

al que nela predomina e comanda seu funcionamento, já apresentam perspectivas diferentes porque se ajustam mal e cada vez menos em tal quadro. Apontam por isso na direção de um desenvolvimento econômico fora e além daquele sistema, a saber, desenvolvimento no sentido de uma economia nacional e que não seja simplesmente periférica e complementar do sistema internacional do capitalismo contemporâneo.

} síntese